# SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO ..... 27**

1

**A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E O SISTEMA UNIVERSAL DE PROTEÇÃO ..... 33**

1.1. Uma introdução para pensar a internacionalização dos Direitos Humanos ..... 33
1.2. O início normativo: a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 ..... 38
1.3. A Estrutura da Declaração e seu Legado ..... 43
1.4. Direitos Humanos tornam-se vinculantes: os Pactos Internacionais de 1966 ..... 45
1.5. A internacionalização dos meios de supervisão e litígio de direitos humanos ..... 54
1.6. Um Direito Autônomo? ..... 55
1.6.1. As fontes do Direito Internacional dos Direitos Humanos ..... 58
1.6.2. Regras de interpretação de direitos humanos ..... 83
1.7. Rumo à regionalização: entre o universal e o regional na proteção dos direitos humanos ..... 89
1.7.1. O Sistema Europeu de Proteção de Direitos Humanos ..... 93
1.7.2. O Sistema Africano de Direitos Humanos ..... 101
1.7.3. A relação entre os sistemas: fragmentação ou unidade do direito internacional dos direitos humanos? ..... 108

2

**O NASCIMENTO DO SISTEMA INTERAMERICANO ..... 121**

2.1. Bases na solidariedade regional e a Organização dos Estados Americanos ..... 122
2.2. Valores regionais: a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem ..... 128
2.3. 1978 – A Convenção Americana de Direitos Humanos entra em Vigor ..... 133
2.4. O *Corpus Juris* se expande: tratados interamericanos de proteção a Direitos Humanos ..... 137
2.4.1. 1988 – O Protocolo de San Salvador sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais ..... 138
2.4.2. 1990 – O Protocolo da Abolição da Pena de Morte ..... 139
2.4.3. 1985 – Convenção Interamericana contra a Tortura ..... 140

2.4.4. 1994 – Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas ... 142
2.4.5. 1994 – Convenção de Belém do Pará – Convenção Interamericana contra a Violência contra a Mulher ... 144
2.4.6. 1999 – Convenção Interamericana contra a Discriminação contra Pessoas com Deficiência ... 146
2.4.7. 2013 – Convenção Interamericana contra Discriminação e Intolerância ... 148
2.4.8. 2013 – Convenção Interamericana contra o Racismo e Discriminação Racial ... 149
2.4.9. 2015 – Convenção Interamericana das Pessoas Idosas ... 151
2.4.10. 2018 – Acordo de Escazú ... 152
2.5. Uma reflexão sobre o *corpus juris* interamericano ... 154

3

**A COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS ... 157**

3.1. A organização da Comissão Interamericana de Direitos Humanos ... 159
3.2. Mandato e Funções da Comissão Interamericana de Direitos Humanos ... 161
3.3. O processo perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos em relação a casos individuais ... 165
3.4. A relação entre a Corte e a Comissão Interamericana ... 168
3.5. A competência da Comissão Interamericana para controvérsias interestatais ... 170
3.6. O perfil dos comissionados e comissionadas ... 172
3.7. O papel atual da Comissão Interamericana de Direitos Humanos ... 173

4

**AS NORMAS QUE REGEM A ATIVIDADE DA CORTE INTERAMERICANA E SUAS FUNÇÕES ... 177**

4.1. As normas regendo a atividade da Corte Interamericana ... 178
4.1.1. A Convenção Americana de Direitos Humanos e outras Convenções de Direitos Humanos ... 178
4.1.2. O Estatuto da Corte Interamericana de Direitos Humanos ... 180
4.1.3. O Acordo de Sede ... 182
4.1.4. O Regulamento da Corte Interamericana e as ordens processuais ... 183
4.1.5. Ausência de Normas Internas ... 185
4.1.6. A relação institucional com a Organização dos Estados Americanos ... 185
4.2. As duas precípuas funções da Corte Interamericana e seus princípios regentes ... 186
4.2.1. Princípios-guia: Universalidade, indivisibilidade e proteção ... 188
4.2.2. Subsidiariedade e complementariedade ... 192

5

**OS JUÍZES E JUÍZAS INTERAMERICANOS ... 197**

5.1. As regras do Sistema Interamericano e a magistratura interamericana ... 198

5.2. O processo eleitoral interamericano ..... 204
5.3. Quem são os juízes e juízas interamericanos? ..... 205
5.4. O perfil da judicatura atual ..... 210

6

**A JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E O PROCESSO CONTENCIOSO ..... 213**

6.1. Fundamento e limites da jurisdição contenciosa ..... 215
6.1.1. Consentimento e determinação da competência ..... 215
6.1.2. Competência *ratione materiae* ..... 217
6.1.3. Competência *ratione temporis* ..... 218
6.1.4. Competência *ratione loci* ..... 219
6.2. Organização processual, intervenientes e acesso à jurisdição ..... 220
6.2.1. Composição do Tribunal e impedimentos ..... 220
6.2.2. A Comissão, o Estado e as vítimas ..... 221
6.2.3. Representação, Defensor Interamericano e assistência financeira ..... 223
6.2.4. Proteção dos intervenientes ..... 224
6.3. Submissão do caso e procedimento escrito ..... 225
6.3.1. Relatório de mérito e exame preliminar ..... 225
6.3.2. Marco fático e identificação das vítimas ..... 226
6.3.3. O escrito de solicitações, argumentos e provas ..... 228
6.3.4. Contestação e delimitação da controvérsia ..... 229
6.3.5. Exceções preliminares e questões incidentais ..... 230
6.4. Procedimento oral e encerramento da instrução ..... 232
6.4.1. Listas definitivas e resolução de convocação ..... 232
6.4.2. A audiência não é etapa necessária ..... 233
6.4.3. Ordem da audiência e exame dos declarantes ..... 234
6.4.4. Alegações finais escritas ..... 235
6.5. Admissão, produção e valoração da prova ..... 236
6.5.1. Um regime próprio, não uma ausência de regras ..... 236
6.5.2. Prova produzida perante a Comissão e momento da oferta ..... 237
6.5.3. Documentos, relatórios, imprensa e prova digital ..... 238
6.5.4. Testemunhas, vítimas e perícias ..... 240
6.5.5. Contexto, indícios e presunções ..... 241
6.5.6. Ônus, cooperação e padrão de prova ..... 243
6.5.7. Poderes de ofício e diligências no local ..... 244
6.5.8. Prova das reparações e das custas ..... 245
6.5.9. *Amicus curiae* e perícia de ordem pública interamericana ..... 246
6.6. Medidas provisórias ..... 248
6.6.1. Fundamento e funções ..... 248
6.6.2. Extrema gravidade, urgência e irreparabilidade ..... 249
6.6.3. Relação com medidas cautelares da Comissão e com o mérito ..... 250

6.6.4. Conteúdo, implementação e levantamento ..... 251
6.7. Desistência, reconhecimento e solução amistosa ..... 252
6.7.1. Atos de disposição e responsabilidade institucional da Corte ..... 252
6.7.2. Reconhecimento total ou parcial ..... 252
6.7.3. Acordos e continuidade do exame ..... 253
6.8. Sentença, interpretação, revisão e retificação ..... 254
6.8.1. Deliberação, estrutura e votação ..... 254
6.8.2. Fatos, direito e reparações no dispositivo ..... 255
6.8.3. Notificação, obrigatoriedade e execução interna ..... 256
6.8.4. Interpretação ..... 257
6.8.5. Revisão excepcional ..... 258
6.8.6. Retificação de erros ..... 259
6.9. Cumprimento e supervisão ..... 260
6.9.1. Competência da Corte ..... 260
6.9.2. Contraditório e produção da informação ..... 261
6.9.3. Audiências, visitas e supervisão conjunta ..... 262
6.9.4. Cumprimento total, parcial e pendência ..... 263
6.9.5. Investigação, sigilo e direitos de terceiros ..... 264
6.9.6. Divergências sobre o alcance da reparação ..... 265
6.9.7. Artigo 65 e reação política da OEA ..... 265
6.9.8. Prática recente e carga de supervisão ..... 266

7

**O DIREITO APLICÁVEL E AS REGRAS DE INTERPRETAÇÃO ..... 269**

7.1. O direito aplicável e as normas de referência ..... 270
7.1.1. Direito internacional consuetudinário ..... 271
7.1.2. Normas peremptórias de direito internacional geral ..... 276
7.2. Regras de interpretação ..... 279
7.2.1. A Convenção de Viena e o artigo 29 da Convenção Americana ..... 279
7.2.2. Interpretação evolutiva ..... 281
7.2.3. Efeito útil ..... 282
7.2.4. Integração sistêmica, *corpus iuris* e materiais não vinculantes ..... 284

8

**O ESGOTAMENTO DOS RECURSOS INTERNOS NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS ..... 287**

8.1. O esgotamento dos recursos internos no direito internacional público ..... 289
8.2. O esgotamento dos recursos internos nas bases normativas e na jurisprudência da Comissão e da Corte ..... 293
8.2.1. O exame do esgotamento realizado pela Corte Interamericana ..... 296

8.2.2. As exceções ao esgotamento dos recursos internos ..... 303
Conclusão ..... 313

9

**AS REPARAÇÕES NA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA ..... 317**

9.1. Fundamento e alcance da competência reparatória ..... 319
9.1.1. O artigo 63.1 como norma internacional autônoma ..... 319
9.1.2. Cessação, restituição e cumprimento da obrigação primária ..... 320
9.1.3. Reparação integral, causalidade e proporcionalidade ..... 321
9.1.4. Natureza e efeitos da sentença de reparações ..... 322
9.1.5. Limites temporais, materiais e incidentais ..... 322
9.2. A determinação das reparações no processo perante a Corte ..... 324
9.2.1. Pedidos, contraditório e momento processual ..... 324
9.2.2. Prova e instrução das pretensões reparatórias ..... 325
9.2.3. Poderes de ofício e congruência ..... 326
9.2.4. Reconhecimento de responsabilidade e acordos ..... 327
9.2.5. Sentença única, sentença separada e interpretação ..... 328
9.3. A parte lesada e os beneficiários ..... 328
9.3.1. Vítima, parte lesada e sucessores ..... 328
9.3.2. A identificação no Relatório de Mérito ..... 329
9.3.3. Violações massivas, vítimas indeterminadas e coletividades ..... 330
9.4. O dano, o nexo causal e a prova ..... 331
9.4.1. Dano material ..... 331
9.4.2. Dano imaterial ..... 334
9.4.3. Projeto de vida, dano coletivo e dano cultural ..... 335
9.4.4. Nexo causal, presunções e equidade ..... 336
9.5. Restituição ..... 337
9.5.1. Restabelecimento da liberdade e da posição jurídica ..... 337
9.5.2. Retorno, território e propriedade coletiva ..... 338
9.5.3. Restituição ambiental ..... 340
9.5.4. Impossibilidade e reparação substitutiva ..... 340
9.6. Compensação ..... 341
9.6.1. Função e rubricas ..... 341
9.6.2. Quantificação do dano material ..... 342
9.6.3. Quantificação do dano imaterial ..... 342
9.6.4. Modalidades de pagamento ..... 343
9.6.5. Programas nacionais e proibição de duplicação ..... 344
9.7. Reabilitação ..... 345
9.7.1. Tratamento médico, psicológico e psiquiátrico ..... 345

9.7.2. Educação, formação e reconstrução das condições de vida ... 346
9.8. Satisfação, verdade e memória ... 347
9.8.1. Publicação e divulgação da sentença ... 347
9.8.2. Reconhecimento de responsabilidade e desculpas públicas ... 348
9.8.3. Direito à verdade, busca e entrega de restos ... 349
9.8.4. Memoriais, nomes e medidas culturais ... 349
9.9. Investigação, sanção e garantias de não repetição ... 350
9.9.1. O dever de investigar na parte reparatória ... 350
9.9.2. Reforma legislativa e normativa ... 352
9.9.3. Capacitação, protocolos e dados ... 353
9.9.4. Políticas públicas e ordens estruturais ... 354
9.10. Reparações diferenciadas, coletivas e transformadoras ... 355
9.10.1. Gênero e interseccionalidade ... 355
9.10.2. Povos indígenas, tribais e comunidades afrodescendentes ... 356
9.10.3. Violações massivas e programas coletivos ... 357
9.10.4. Alcance transformador e limites judiciais ... 358
9.11. Custas, gastos e assistência jurídica ... 359
9.11.1. Natureza das custas ... 359
9.11.2. Fundo de Assistência Jurídica às Vítimas ... 360
9.12. Formulação, implementação e limites da ordem reparatória ... 361
9.12.1. Conteúdo mínimo da decisão ... 361
9.12.2. Prazos, moeda, juros e depósitos ... 362
9.12.3. Participação e coordenação institucional ... 362
9.12.4. Relação com medidas nacionais e margem de escolha ... 363
9.12.5. Cumprimento parcial e indivisibilidade da reparação ... 364
9.12.6. O encerramento da obrigação ... 365

10

**A JURISDIÇÃO CONSULTIVA ... 367**

10.1. A função consultiva no direito internacional ... 368
10.1.1. Uma função judicial sem partes ... 368
10.1.2. A função consultiva da Corte Internacional de Justiça ... 369
10.1.3. Outros modelos consultivos ... 371
10.2. A função consultiva no Sistema Interamericano ... 373
10.2.1. O Artigo 64 da Convenção Americana ... 373
10.2.2. O procedimento previsto no Regulamento ... 375
10.2.3. Natureza jurídica e efeitos ... 377
10.3. O poder de reformular a pergunta ... 378
10.3.1. Fundamento e prática ... 378
10.3.2. Limites da reformulação ... 379

10.4. Os critérios da Corte para não emitir uma opinião consultiva ..... 380
10.4.1. Competência, regularidade e procedência ..... 380
10.4.2. Os critérios sistematizados na OC-25/18 ..... 381
10.4.3. As recusas da Corte ..... 382
10.5. A função consultiva como laboratório normativo ..... 383
10.5.1. O sentido da expressão ..... 383
10.5.2. A formação da jurisprudência consultiva ..... 385
10.5.3. A migração dos padrões ..... 387
Conclusão ..... 388

11

**RELAÇÃO COM OS ORDENAMENTOS NACIONAIS: O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE ..... 389**

11.1. Direito internacional e direitos nacionais ..... 390
11.1.1. Dois planos de validade e uma só conduta estatal ..... 390
11.1.2. Evasão, alinhamento e contestação ..... 392
11.1.3. O modelo brasileiro ..... 393
11.2. A origem do controle de convencionalidade ..... 394
11.2.1. Antes de Almonacid Arellano ..... 394
11.2.2. O caso Almonacid Arellano ..... 395
11.2.3. Descentralização e última palavra ..... 396
11.3. A expansão e os critérios atuais ..... 398
11.3.1. Dos juízes a todas as autoridades ..... 398
11.3.2. Parâmetro: tratado, jurisprudência e *corpus juris* ..... 399
11.3.3. A fórmula recente da Corte ..... 401
11.3.4. Autoridade, deferência e diálogo ..... 402
11.4. O controle de convencionalidade no Brasil ..... 404
11.4.1. Uma prática anterior ao nome ..... 404
11.4.2. O desacato e o valor do desacordo interpretativo ..... 405
11.4.3. A ampliação do parâmetro: meio ambiente e clima ..... 406
11.4.4. A ADPF 635 e a execução doméstica de Favela Nova Brasília ..... 406
11.4.5. O novo desenho institucional do Judiciário: o engajamento do CNJ ..... 407
11.4.6. Um balanço da jurisprudência brasileira ..... 408
11.5. O desacordo entre a ordem interamericana e a ordem doméstica ..... 409
11.5.1. Três problemas sob o mesmo conflito ..... 409
11.5.2. A ADPF 153 e o caso Gomes Lund ..... 409
11.5.3. A resposta interna e a mora do STF ..... 411
11.5.4. O caso Herzog ..... 412
11.5.5. Quando o diálogo termina ..... 414
11.6. Possíveis desenvolvimentos futuros ..... 415

11.6.1. Do enunciado ao método ..... 415
11.6.2. Uma autoridade interpretativa calibrada ..... 416
11.6.3. Capacidade institucional e coordenação ..... 416
11.6.4. Novos objetos ..... 417
11.6.5. O futuro brasileiro ..... 418

12
**TENDÊNCIAS DA JURISPRUDÊNCIA INTERAMERICANA ..... 419**
12.1. A identificação de uma tendência jurisprudencial ..... 421
12.2. Uma jurisprudência construída por sedimentação ..... 422
12.3. Da repressão à prevenção: a densificação do dever de garantia ..... 426
12.4. Do indivíduo abstrato ao sujeito situado ..... 430
12.5. Da indivisibilidade à justiciabilidade direta dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais ..... 436
12.6. Do dano consumado à governança dos riscos ..... 442
12.7. Dos direitos políticos à proteção da ordem democrática ..... 446
12.8. Expansão, coerência e legitimidade ..... 451

13
**AUTORIDADE, IMPACTO E RESISTÊNCIA À CORTE INTERAMERICANA ..... 455**
13.1. Autoridade ..... 457
13.2. Impacto ..... 466
13.3. Resistência ..... 475

14
**QUAL CORTE INTERAMERICANA? ..... 485**
14.1. A Corte no interior do ordenamento jurídico internacional ..... 486
14.2. A autoridade acumulada de um tribunal regional ..... 489
14.3. Uma janela brasileira para San José ..... 492
14.4. Um projeto inacabado, mas contínuo ..... 493

**BIBLIOGRAFIA CITADA ..... 499**